



MINISTÉRIO DA DEFESA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

ESTUDO PRELIMINAR: REVITALIZAÇÃO DO 9º ANDAR DO BLOCO "Q" – EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DA DEFESA:

1. Necessidade da Contratação:

O Ministério da Defesa, no intuito de prosseguir com as intervenções visando a modernização das instalações físicas do edifício sede, Bloco "Q" da Esplanada dos Ministérios em Brasília DF, necessita contratar os serviços de engenharia por escopo para a revitalização do 9º andar do referido bloco.

A contratação desse serviço por escopo, segundo a unidade requisitante (COEMA – Coordenação de Engenharia e Manutenção) é necessária tendo em vista as razões a seguir expostas:

- 1.1. Continuação do processo de modernização das instalações do edifício sede do MD com troca de revestimentos de pisos e paredes, divisórias, forros, instalações elétricas de força e luz, rede estruturada de CDV – comunicação, dados e voz e outras atualizações necessárias em razão da obsolescência das instalações atuais;
- 1.2. Adequação dos ambientes aos novos leiautes projetados;
- 1.3. Adequação dos ambientes às novas exigências normativas e tecnológicas em relação à eficiência energética e de cabamentos estruturados;
- 1.4. Melhoria contínua dos ambientes de trabalho proporcionando aos servidores do MD e aos seus visitantes a utilização de instalações atualizadas e seguras.

2. Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade:

A contratação desses serviços está prevista no planejamento anual de investimentos do DESEG para licitação em 2020 e contratação em 2020.

3. Requisitos da Contratação:

3.1. Para o atendimento dessa demanda a COEMA deverá providenciar os seguintes requisitos:

3.1.1. Elaboração de projeto básico a ser desenvolvido contendo o que segue:

3.1.1.1. Plantas dos andares que serão revitalizados com destaque para as áreas que sofrerão a intervenção;

3.1.1.2. Especificações técnicas com a descrição dos materiais a serem utilizados especificando equivalência técnica;

3.1.1.3. Memorial descritivo dos serviços a serem executados;

3.1.1.4. Levantamento de quantitativos unitários de cada serviço direto e indireto que conste da planilha orçamentária de referência (este item deverá constar do processo e não do projeto básico);

- 3.1.1.5. Planilha orçamentária de referência com quantidades e preços unitários e totais máximos a serem aceitos pela administração;
- 3.1.2. Classificação quanto à natureza dos serviços: Os serviços necessários são classificados como serviços comuns de engenharia não continuados, ou seja, por escopo.
- 3.1.3. O projeto básico deverá prever os critérios e práticas de sustentabilidade como especificação técnica ou obrigação da contratada conforme usualmente se adota para esse escopo de contratação, podendo ser adotado as prescrições utilizadas em contratações anteriores da mesma natureza.
- 3.1.4. Duração do contrato: O prazo de vigência será de 500 (quinhentos) dias a contar da data da assinatura do contrato e publicação no DOU, sendo 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para a execução dos serviços pela contratada, 105 (cento e cinco) dias para a execução dos recebimentos provisório e definitivo pela contratante e 30 (trinta) dias para o pagamento da última nota fiscal.
- 3.1.5. Transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: Não se aplica ao presente caso;
- 3.1.6. Soluções de mercado: O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório, conforme se verificou nas licitações anteriores com mesmo objeto. A solução é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo serviço para o setor público, entretanto a especificação dos mesmos deve ser feita especificamente para as necessidades do Ministério da Defesa, não sendo possível a comparação de outros contratos da Administração Pública Federal para estabelecimento de parâmetros de preços pois o volume e a característica dos serviços são próprios para o projeto a ser executado no MD.
- 3.1.7. Estabelecimento de exigência para prova de inscrição ou registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da localidade da sede da licitante. No caso de a licitante possuir CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do CREA-DF, previamente à contratação, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com o escopo da licitação, de acordo com disposto no Inciso I do Art. 30 da Lei nº 8.666/93
- 3.1.8. Estabelecimento de vistoria ou de declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, conforme modelo sempre adotado nesse tipo de contratação;

4. Estimativas das quantidades:

- 4.1. O projeto básico deverá discriminar em planilha orçamentária todos os serviços e seus respectivos quantitativos e preços unitários de forma a permitir a estimativa correta do valor do investimento necessário à consecução do objeto a ser contratado.
- 4.3. Os quantitativos serão obtidos a partir das plantas de execução dos serviços por meio de levantamento de áreas, quantidades de pontos ou outras unidades de medida, por meio do software **Autocad** e de outros levantamentos a partir das plantas de arquitetura.
- 4.4. O projeto básico deverá estabelecer a possibilidade de aditamentos contratuais para os casos em que houver a necessidade de materiais ou serviços específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação.
- 4.5 Observar a vedação dada no § 4º da Lei nº 8.666/1993 que diz:

“É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.”

5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo da solução a contratar:

5.1. Levantamento de mercado: O tipo de serviço de engenharia que se pretende contratar é bastante comum no mercado nacional, havendo diversas empresas de engenharia aptas a participarem dos pregões para a sua contratação, haja vista os pregões já realizados no âmbito do Ministério da Defesa para esse tipo de demanda. Tendo em vista o exposto, e considerando-se que o tipo de solução para a obtenção do resultado esperado é a contratação de empresa de engenharia, com capacidade técnica e econômica comprovada, conclui-se que a realização de pregão oferece a possibilidade da obtenção da maior vantajosidade para MD.

5.2. Esses serviços não apresentam complexidade técnica no objeto não se configurando dessa forma a necessidade de audiência pública.

6. Estimativas de preços ou preços referenciais:

6.1. A estimativa de preços será realizada em obediência ao Decreto 7.983/2013 que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências, mais especificamente como previsto nos artigos 3º e 6º do mesmo instrumento legal.

6.1.1. Os preços unitários e totais da planilha de referência serão obtidos conforme previsão legal constante no Decreto 7983/2013 em atendimento aos Artigos 3º e 6º.

6.1.2. No preço cotado deverão ser inclusos todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como gastos da empresa com apoio técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

6.1.3. O preço adotado para a composição dos custos unitários no tocante à parcela da mão de obra nos custos unitários que não constarem do SINAPI, ou que não forem obtidos por meio de pesquisa de preço aos fornecedores do mercado, serão considerados com base na Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional, sendo que a Administração adotou o referencial do piso salarial do SINDUSCON/DF.

6.2. Constarão dos autos as memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte.

6.3. O projeto básico deverá contemplar a previsão da Súmula nº 259 de 16/06/2010 que prescreve:

“Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor.”

6.4. Por último e em atendimento ao Art. 7º § 2º, inciso II deverá ser elaborada a planilha orçamentária dos serviços a serem executados contemplando orçamento detalhado que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

7. Descrição da solução como um todo:

Os serviços ora previstos limitar-se-ão a elementos móveis incorporados à edificação, tais como divisórias, forros, etc. Não se tratando pois de alterações construtivas ao imóvel.

O projeto básico deverá discriminar todos os requisitos necessários para a contratação em conformidade com as disposições contidas na IN 05/2017 e seus anexos, bem como possuir todos os elementos necessários à

completa caracterização do objeto, para isso serão disponibilizados como apêndices desse projeto os seguintes elementos, além de outros:

- 7.1. Plantas de arquitetura e detalhes dos serviços a serem executados no 9º andar do bloco “Q”;
- 7.2. Especificação técnica com discriminação de materiais a serem utilizados;
- 7.3. Memorial descritivo dos serviços a serem executados;
- 7.4. Composição de BDI;
- 7.5. Planilha orçamentária com quantitativos e custo unitários e total;
- 7.6. Declaração de vistoria;

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto:

No presente objeto, a contratação deverá ser realizada de forma única e indivisível, pois os serviços a serem executados são comuns de engenharia e devem ocorrer de maneira encadeada e sequencial, de maneira a garantir o atingimento do objeto pretendido no prazo esperado. Além do mais, por questão de economia de escala, visa-se a contratação de apenas uma empresa por se demonstrar administrativa e economicamente mais viável ao Ministério da Defesa.

Vale destacar que tal solução já é amplamente utilizada no âmbito público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Espera-se com a contratação os seguintes efeitos:

- 9.1. Maior praticidade e rapidez na gestão do contrato para o cumprimento do prazo de execução;
- 9.2. Adequações dos ambientes e das instalações aos normativos vigentes e às mais recentes tecnologias com a utilização de materiais mais apropriados do ponto de vista ambiental e energético, proporcionando conforto e segurança aos servidores e público usuário das dependências do MD;

10. Providências para adequação do ambiente do órgão:

10.1. Não há necessidade de adequações do ambiente físico para início da execução dos serviços, bastando para tanto a desocupação das áreas a serem revitalizadas seguindo a programação de desocupação aprovada pelo DESEG - Departamento de Engenharia e Serviços Gerais.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. Declaração de viabilidade da contratação:

Declaramos, com base nas informações acima reunidas, que a contratação é viável, necessária e adequada à realidade do Ministério da Defesa.

CT (EN) FLÁVIO DOS RAMOS DE SOUSA MENDONÇA

Assistente Técnico Militar - COEMA

Integrante Técnico

MAURÍCIO DINIZ BARBOSA

Coordenador de Engenharia e Manutenção

Integrante Requisitante

Ciente e de acordo:

THIAGO D'AROLLA PEDROSA GALVÃO

Gerente de Engenharia e Segurança

Aprovo:

JOSÉ ROSALVO LEITÃO DE ALMEIDA

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Flávio dos Ramos de Sousa Mendonça, Assistente Técnico(a) Militar**, em 07/05/2020, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Diniz Barbosa, Coordenador(a)**, em 07/05/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago D'Arolla Pedrosa Galvão, Gerente**, em 07/05/2020, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Rosalvo Leitão de Almeida, Diretor**, em 07/05/2020, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Araujo Fernandes do Nascimento, Assistente Técnico(a) Militar**, em 09/07/2020, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2250601** e o código CRC **88D654E8**.
